

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBT.**

ATA DE REUNIÃO Nº 04

Pauta: 1) IV Conferência Municipal LGBTI+; 2) Marchas e Paradas Periféricas LGBTI+;

Participantes Governo: Kylie Pessoa (Titular - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania), Jhonatas da Silva (Suplente - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania), Rebeca Rodrigues (Assessora da Coordenação de Políticas LGBTI+ da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania), William Teodoro (Assessor da Coordenação de Políticas LGBTI+ da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania), Tania Regina Corrêa de Souza (Titular – Secretaria Municipal da Saúde), Nathália Franco Macedo (Titular – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Nilda Keiko Toyomoto Ito (Suplente – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Juvandio Alves dos Santos (Titular – Secretaria Municipal de Segurança Urbana).

Participantes Sociedade Civil: Reyna Destro Nogueira (Titular - Segmento das Mulheres Trans), Kel Fernando Azevedo Simões (Titular – Segmento dos Homens Trans), Camilo Ferreira da Silva Nunes (Suplente - Segmento de Homens Trans), Cinthia Abreu (Titular - Segmento de Mulheres Lésbicas), Ideraldo Luiz Beltrame (Titular - Segmento de Homens Gays), Elvis Justino de Souza (Suplente – Segmento Homens Gays), Marcela Bosa (Titular - Segmento de Travestis),

Participantes Organização Social: Diego Alves Carvalho (ArtGay), Maciel Silva Nascimento (vice-presidente/SINDSEP/SP).

Convidados: Kaua Sabino Condenso (Assessor do Departamento de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Luiza Ribeiro Vasconcelos Santos (Assessora do Departamento de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania).

Foi realizada a 4ª reunião Ordinária do Conselho Municipal LGBTI+, na data de 15 de fevereiro do ano das 2025 às 10h no auditório, realizada de forma híbrida, acontecendo presencialmente no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania situada à Rua Libero Badaró, 119 – Centro, São Paulo – SP.

A reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ teve início sob a presidência de Kylie Pessoa. O foco foi a organização da IV Conferência Municipal LGBTI+, com ênfase na sua criação de forma democrática e colaborativa. Kylie Pessoa relatou os assuntos discutidos no último encontro do Grupo de Trabalho (GT) e ressaltou a necessidade de um encontro preparatório para dar continuidade aos preparativos da

conferência, que ocorrerá simultaneamente à Virada Cultural. Kylie também pontua, que a mudança no calendário é desafiadora, considerando a importância de realizar a conferência até o final de maio, e ressalta que uma semana antes, ocorrerá a Conferência da Pessoa Idosa, o que impossibilita a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de promover ambas as conferências ao mesmo tempo. A data escolhida pelos conselheiros deve ser compatível com outras datas comemorativas da cidade, para garantir uma boa adesão. A conferência está prevista para os dias 23, 24 e 25 de maio.

Estabeleceu-se a necessidade de convocar pessoas, entidades e organizações interessadas para garantir a pluralidade e a participação no evento. Os encontros preparatórios são fundamentais para a definição da comissão organizadora da conferência.

Kylie Pessoa informa que em breve serão iniciadas as reuniões com os idealizadores das Paradas Periféricas. Essas reuniões darão continuidade aos preparativos para a Parada LGBTI+ de São Paulo, com o calendário sendo disponibilizado em breve.

A conselheira Tânia Regina ressaltou a importância da comunicação com pessoas transgêneras nos eventos, visando conscientizar sobre os serviços oferecidos pela Rede Sampa Trans, que atualmente atende cerca de 7.700 pessoas travestis e transexuais. O objetivo é aumentar a adesão a esses serviços, reduzindo a automedicação e o uso de silicone industrial, e garantindo acesso a saúde de qualidade para a população trans do município.

A conselheira Cinthia Abreu, expressou preocupação com o calendário de eventos da pasta, destacando a necessidade de uma organização eficaz para capacitar o maior número possível de pessoas da comunidade, evitando a duplicidade de eventos LGBTI+, para dois eventos não ocorrerem no mesmo dia e horário, para evitar a divisão da comunidade LGBTI+ entre os eventos.

Kylie Pessoa, destacou a importância da comunicação entre as organizações e a Coordenação LGBTI+, para garantir uma estruturação eficaz dos eventos e reivindicações da comunidade. Enfatizou a necessidade de que a visibilidade LGBTI+ envolva a pluralidade, e ampliação das vozes periféricas.

O conselheiro Elvis Justino sugeriu a criação de um calendário e protocolo com as datas e locais das marchas e paradas periféricas, visando melhorar a organização e a qualidade dos eventos. Para isso, é essencial a comunicação das organizações sociais com a Coordenação Municipal de Políticas para população LGBTI+. Elvis também pontua que o principal objetivo dessa iniciativa é promover maior elucidações no suporte e encaminhamento das demandas relacionadas às Paradas e Marchas periféricas LGBTI+, como a liberação de vias públicas e a contratação de serviços especializados, respeitando as especificidades da população. Elvis argumenta que a proposta também visa dar voz a artistas independentes e gerar renda, contribuindo para a conquista de direitos da comunidade LGBTI+, além disso, busca desmistificar a ideia de que a organização da Parada é despolitizada, reconhecendo o processo político construído ao longo dos anos de luta e promovendo o diálogo com o poder público. Essa abordagem visa criar uma

construção coletiva, alinhada aos princípios da administração pública, para que a prefeitura possa oferecer infraestrutura e apoiar iniciativas privadas.

Kylie Pessoa, observa que as questões relacionadas às marchas e paradas periféricas LGBTI+, incluindo seus calendários e demais ações, serão discutidas no GT de Relações Institucionais.

O conselheiro e vice-presidente, Maciel Nascimento, destacou a importância de promover a equidade de direitos no grupo. Em relação à formatação da Conferência Estadual LGBTI+, tarefas essenciais já estão sendo alinhadas entre os participantes, incluindo a ampliação e divisão das comissões responsáveis por cada tema. O número de delegados para cada delegação será de 36, ajustado conforme a população de cada município, com o estado compondo 166 delegados para a Conferência Nacional. Esses aspectos devem ser planejados de acordo com a legislação vigente, abrangendo convidados, participantes e comissões de sistematização e metodologia. Questões como infraestrutura, financiamento, localidade, acessibilidade e divulgação também devem ser consideradas para envolver o público-alvo. Em breve, será disponibilizado o “documento referência”, que orientará a elaboração de uma política nacional LGBTI+, com ênfase nos quatro eixos definidos pelo Conselho Nacional. Essa política não será uma ação de governo, mas uma política pública de Estado. A comissão de sistematização será responsável pela elaboração de textos, documentos e programação, além de convidar especialistas para contribuir com os temas das mesas de discussão. Em relação a IV Conferência Municipal LGBTI+, Maciel também sugeriu a criação de pré-conferências para cada um dos eixos temáticos.

Maciel Nascimento, leu uma parte do Regimento da Conferência Estadual LGBTI+, destacando que a conferência contará com 350 participantes, sendo 300 inscritos com direito a voto e 50 convidados, observadores e trabalhadores, representando o poder público e a sociedade civil. As inscrições serão realizadas com base nos relatórios consolidados das Conferências Municipais/Regionais e Conferências Livres temáticas, considerando acessibilidade e restrições alimentares. Quanto à eleição de delegados, os municípios poderão eleger até 200 representantes, distribuídos conforme a população local: até 200.000 habitantes – 6 delegados; até 500.000 – 12 delegados; até 1.000.000 – 24 delegados; e mais de 1.000.000 – 36 delegados. Embora alguns municípios do Estado de São Paulo não participem da criação, espera-se mobilização da sociedade civil para dialogar sobre as questões LGBTI+. Caso o município não tenha manifestado interesse em realizar a conferência, ela poderá ser solicitada por órgãos como a OAB, câmaras municipais, sociedade civil, Ministério Público e outros setores ligados à causa LGBTI+, garantindo apoio ao processo, mesmo sem convocação oficial, visando ampliar a adesão da população. Maciel pontua outra questão prevista, que tanto a nível Estadual quanto a Federal, a criação das Conferências livres, possuem intuito de trazer um maior espaço de fala e representatividade.

Kylie Pessoa ressaltou que a data limite para a realização das Conferências Livres, no âmbito da IV Conferência Municipal, é de 2 de janeiro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025, e pontua a todos que o principal objetivo das Conferências Livres é promover, de forma democrática, a discussão de temas relevantes para diversos grupos, criando debates

segmentados que possibilitem uma visão sistêmica e um diálogo aprofundado. Essas discussões visam sistematizar e reunir pautas que contribuam para a construção da IV Conferência Municipal LGBTI+.

Ao final do encontro, Kylie Pessoa parabenizou a ação da Coordenação de Políticas LGBTI+ em relação à empregabilidade de travestis, homens e mulheres transgêneros, destacando a importância dessa iniciativa para superar barreiras e proporcionar oportunidades de trabalho em ambientes seguros e inclusivos, respeitando a diversidade e promovendo a autonomia de uma população vulnerável à violência.

Kylie agradece a participação de todos e declara o encerramento da reunião Ordinária.

Não havendo mais questões a serem discutidas, a reunião foi concluída às 12:10. A ata será enviada para apreciação dos participantes e, após ser lida e aprovada, será publicada.